

Jornalismo: o tecido e o acontecido

Dulcilia H. Schroeder Buitoni

O jornalismo enquanto forma de conhecer e registrar o mundo tem sido pouco discutido nos meios universitários. Os cursos de comunicação concentram-se na transmissão de técnicas – e o ensino acaba sendo tão automático, tão dependente dos padrões estrangeiros, tão submisso aos modelos brasileiros bem-sucedidos, tão acriticamente assumidor de novas tecnologias, que não sobra tempo para se discutir o fazer jornalístico.

O pensar sobre o discurso jornalístico e seu papel na representação da realidade – no tecer ou no esgarçar o tempo e o espaço social – precisa ter seu lugar no ensino do jornalismo, cada vez mais contaminado pelo processo industrial de produzir a notícia.

As narrativas fundamentais do ser humano estão sendo estilhaçadas pelo jornalismo contemporâneo, que multiplica à exaustão os simulacros do registrar, do contar, do comentar, banalizando-os e retirando suas ancoragens temporais e espaciais. Tempo e espaço deixam de ter um sentido, um peso, e se tornam apenas critérios de classificação de notícias, meros etiquetadores de gavetinhas.

Apresenta-se a simultaneidade como valor. Para que, se não podemos estar em dois lugares ao mesmo tempo? A ficção científica tornou-se realidade: basta apertar um botão para ver o que está acontecendo do outro lado do mundo. No entanto, não vemos o que talvez quieríamos ver, mas o que nos escolheram mostrar. E o que adianta para a vida de cada um ser espectador do mundo? A coexistência de tantos tempos e espaços simultâneos contribui para uma indeterminação da noção de espaço e de tempo.

Pensemos mais no modo de representação do jornalismo.

O mundo diante de nós. Enquanto a ciência se contenta em explicar partes do mundo, ou descrever suas leis mais gerais, o jornalismo quer mostrar “todo” o mundo. Ambição de exaustividade não lhe falta. O jornalismo quer dizer “tudo” a respeito de um acontecimento ou de uma questão. Também persegue a diversidade: quer falar “de tudo”, seja abrangendo nações, cidades, culturas, classes, idades, seja explorando o microcosmo escolhido ao fornecer um número enorme de detalhes como horários, locais, falas redundantes, expressões faciais, descrições de cenas – principalmente no jornalismo impresso – sempre em busca da ilusão de realidade. Ilusão?

É a realidade que se pretende. Realidade que foi até nome de revista, realidade buscada, desejo de demonstrar. Para “representá-la” (re-presentá-la), textos verbais imitam um ritmo de filme, tentando causar a impressão de que o acontecimento está se desenrolando no momento em que é lido: mágico recurso, como se o leitor tivesse o poder de fazer a cena repetir-se novamente, só para ele. O rádio, a foto, o jornalismo televisivo, os *tapes* e os filmes jornalísticos dispõem de mais varinhas de condão para “apresentar” (a-presentar) a realidade. A voz do entrevistado, ao vivo – é algo sendo vivido, ao mesmo tempo, no rádio ou na TV. As imagens das fotos, dos *tapes*, dos filmes, mostram o referente “real”. Em todos, a valorização do “instante em que se vive”, do agora – a aparência do acontecer em curso –, numa simultaneidade um tanto atemporal, em detrimento do instante conhecido. De qualquer modo, uma ficção.

DULCILIA H. SCHROEDER BUITONI é professora-adjunta do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA e autora de *Mulher de papel* (Edições Loyola), *Imprensa feminina* (Editora Ática) e *Quinta mágica* (Editora Brasiliense).

Gover estudo mercã



Os policiais que estão em
contato de momento com o
movimento de resistência de
Cacilda A. Meirelles não são
que pessoas táticas e que
estão de volta a um trabalho
de rotina. Mas não devem ser
confundidos com a polícia
de rua. O trabalho de
polícia de rua é muito mais
complexo e exige mais
habilidades. O trabalho de
polícia de rua é muito mais
complexo e exige mais
habilidades. O trabalho de
polícia de rua é muito mais
complexo e exige mais
habilidades.

Japoneses são primeiros da

A chegada dos japoneses
ao Brasil tem sido muito
bem recebida. Os japoneses
trazem consigo uma cultura
muito rica e interessante.
O Brasil recebe bem os
japoneses e os japoneses
também gostam do Brasil.

vaiado e deixa do 1º de Maio

Os trabalhadores
vão fazer uma greve
em homenagem ao
Dia do Trabalho.
A greve vai durar
um dia inteiro.



Familia paga resgate por empresária

A família da empresária
Fátima Simoni, 31, filha do
presidente dos supermercados
Diário, pagou US\$ 1 milhão
segundo fora para que ela fosse
libertada por um grupo que
se torna mantido prisioneira desde
sexta-feira. O sequestro teria
ocorrido quando Fátima ia do
trabalho, na rua Santa Cruz,
Rio, para casa. Seu marido,
Carlos Alberto Simoni, nega
que tenha ocorrido sequestro.
A polícia sabe qual grupo
ganhou de resgate. PAG. C-3

ina faz mortos iadema

Entre 15 e 23
mortos a tiros na
quinta-feira em BH.
Um outro jovem
foi morto em
Luziânia. Seguiu-
se um rapto foran-
te por um grupo de
bandidos. Dois foram
levados da Vila Alice
quatro quilômetros
de BH.
A família de
Alcides (BA), seis
anos mortos por
armado. PAG. C-5



Opinião da Folha

Índice
de Pagamento

Índice	Variação
Índice de Pagamento	1,1%
Índice de Produção	1,2%
Índice de Consumo	1,3%
Índice de Investimento	1,4%
Índice de Exportação	1,5%
Índice de Importação	1,6%
Índice de Salário	1,7%
Índice de Preço	1,8%
Índice de Qualidade	1,9%
Índice de Satisfação	2,0%

Diferentes tempos vividos são juntados e justapostos no jornal impresso, na revista, no telejornal, cada um como se estivesse acontecendo diante de nossos olhos. Coexistência forçada de tempos, de espaços, de viveres, que parece tão natural. O jornalismo no mundo todo é assim, e a gente esquece a rotina industrial que determina esse formato e esse aparato. Tanto trabalho para conseguir, entre outros, um objetivo óbvio, de o público reter alguma coisa. No meio de milhares de informações e deformações que se somam, que se fundem, que se confundem, alguma coisa fica. Mas, parodiando Caetano Veloso, quem lê tanta notícia? Pra que tanta notícia?

Jornalismo é uma narrativa que se pretende resumida, embora lute por abarcar, abranger, amplificar – de um lado – e por descer a minúcias absolutamente desnecessárias – de outro. Já que as metafísicas explicadoras do mundo não estão muito em voga, temos uma filosofia referencial e cotidiana, que nos permite a veleidade de falar de tudo e opinar sobre tudo. O homem ocidental costuma se apaziguar com a sensação de estar bem informado.

As pessoas pensam que sabem tudo a respeito do mundo, mas o efeito cumulativo da enorme quantidade de informações com que somos bombardeados dia a dia gera uma percepção meio anestesiada. No balanço de um ano que passou, que notícias ficaram para mim, para você, para ele? Será que o consumo das produções jornalísticas não constitui um mero ritual cumpridor da função fática (Jakobson), para testarmos se estamos em contato com os outros, compartilhando pelo menos alguns atos comuns?

O mito da objetividade é um dos grandes responsáveis pela acolhida que o jornalismo tem. Ainda existe uma aura de fidelidade aos fatos: deu no jornal, é verdade. Todavia, jornalistas e estudiosos do assunto concordam, em sua maioria, que não há objetividade. O que existe é a presunção – ou talvez, a intenção – de objetividade, e isso já representa uma certa garantia para quem consome a notícia. Por mais que provemos a não-objetividade jornalística, nunca poderemos negar a ancoragem referencial presente na maioria das produções jornalísticas. E essa referencialidade é um ponto favorável que ajuda a vender a mercadoria.

No entanto, não estou querendo questionar a validade do jornalismo. A grande imprensa, o rádio e a TV estão aí, as produções alternativas e paralelas também, todos seguindo seus padrões que atendem a expectativas de consumidores e produtores. Podemos analisá-los, criticá-los ideologicamente, mas não adianta esperarmos grandes mudanças.

O “TEMPO” E O “REGISTRO”

Quero, sim, discutir dois pontos básicos do modo de conhecimento jornalístico da realidade, ambos intimamente ligados: o “tempo” e o “registro”. Tratar do tempo e de sua retenção/memória implica em lidar com as maneiras de conservá-lo e reproduzi-lo.

Vários sistemas de codificação que operam sobre uma ou mais ordens sensoriais são utilizados no jornalismo. Linguagem escrita, linguagem falada, grafismos, imagens paradas ou em movimento solicitam a visão e a audição. Encontramos conjuntos de meios e técnicas ordenadas de acordo com normas convencionais. Porém, sabemos que nosso conhecimento do mundo exterior depende dos nossos modos de percepção – alguns previamente determinados; outros, talvez a maioria, culturalmente moldados. Ora, se refletirmos sobre as normas convencionais da produção jornalística, iremos trabalhar sobre modos de percepção, tanto na feitura como na recepção.

A paixão referencial domina o fazer jornalístico. E, por paradoxal que seja, ficção e referente real têm muito em comum. A obsessão narrativa do ser humano acompanha-o desde as cavernas até o mais vanguardista dos filmes. Narrativa, característica humana. Mitos antigos, mitos modernos, narrativas. Tínhamos uma resistência invencível para acreditar no passado, na história, a não ser sob a forma de mito. Foi a fotografia que, pela primeira vez, conseguiu quebrar essa resistência: “o passado, doravante, é tão seguro quanto o presente, o que se vê no papel é tão seguro quanto o que se toca. É o advento da Fotografia – e não, como se disse, o do cinema – que partilha a história do mundo”⁽¹⁾.

Os modos de percepção do mundo a que temos acesso mudaram muito em qualidade. Examinar as origens do conhecimento nos leva a rememorar as etapas evolutivas pelas quais o homem chegou à sua condição biológica, isto é, rever a biologia das formas de percepção, de fala e de simbolização. O ser humano possui aptidões que os outros animais não têm: a capacidade de emitir sentenças cognitivas (o que nenhum outro animal

1 A câmara clara, Roland Barthes, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 130.
2 As origens do conhecimento e da imaginação, Jacob Bronowski, Brasília, Editora da UNB, 1985.

pode fazer) e, conseqüentemente, a capacidade de exercitar o conhecimento e a imaginação. “A coisa mais interessante sobre o homem é ser ele um animal que pratica arte e ciência e, em todas as sociedades conhecidas, pratica as duas juntas.”⁽²⁾

Conhecimento, ciência, arte, realidade: caminhos que se cruzam, interconexões a escolher. O jornalismo, assim como outras atividades humanas, desenvolveu um instrumental para re-presentar e re-apresentar aspectos da realidade. O “registro”, um dos motivos da obsessão narrativa do homem na sua luta contra o “tempo”, aparece em muitos campos (“espaços”).

O fazer jornalístico contemporâneo pressupõe o registro, bem mais do que nos séculos passados. Durante muito tempo, o jornalismo foi o lugar do comentário sobre questões sociais, da polêmica de idéias, das críticas mundanas, e saindo do seu papel, espaço para produções literárias. A pressão do acontecimento, o conceito de reportagem, o loteamento do mundo em editoriais só teriam sua presença reforçada neste século.

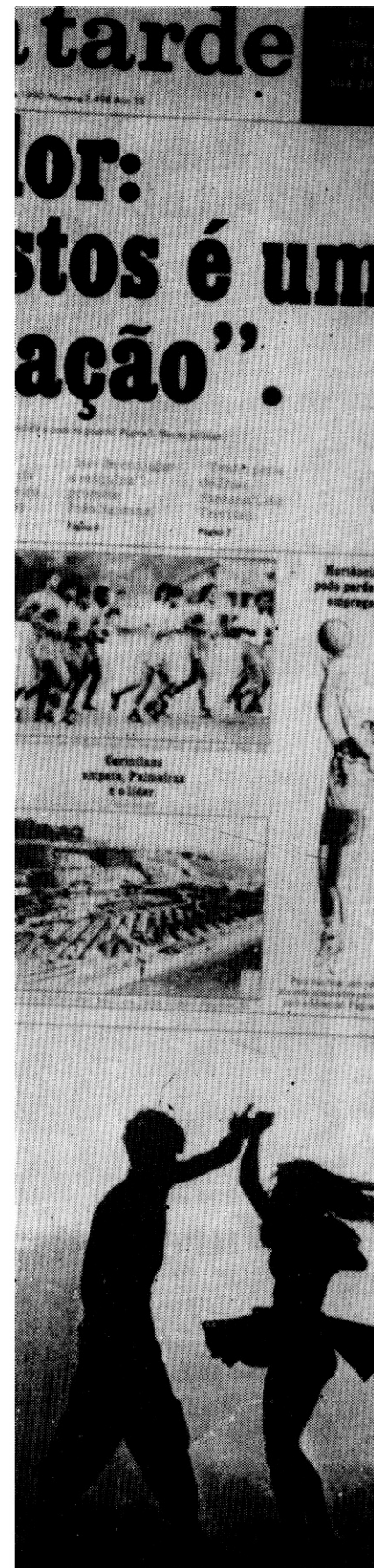
O acontecimento, o fato jornalístico passou a ser a unidade de construção de jornais impressos e de jornais do rádio e da televisão. Atrás do fato correm repórteres, fotógrafos e cinegrafistas, em torno dele redatores e editores montam suas matérias. Manuais tentam descrevê-lo e categorizá-lo; rotinas industriais enquadram-no em processos de produção rentáveis e cada vez mais rápidos. A notícia, como conceito definidor, é um marco que produz e ao mesmo tempo limita o significado. E suas conceituações derivam da história e com ela estão imbricadas.

À primeira vista, o fazer jornalístico resume-se em responder a que, quem, quando, onde, como e por que, como aliás apontam os receiptuários técnicos. Af teríamos o formato básico: o resto seria ampliação, desdobramento ou até estilo. Tais perguntas, aparentemente óbvias e corriqueiras – e contendo um embrião narrativo comum à maioria das culturas modernas – parecem não envolver grandes determinações sociais, ideológicas e mercadológicas; mas envolvem, a partir do momento em que são consideradas como mero instrumento, e o mais eficaz para identificar os dados iniciais de uma notícia.

Contar o que aconteceu, em que lugar, em que momento, suas circunstâncias, causas e conseqüências – surge como uma estruturação fundamental para a maioria das narrativas. Até chegar ao formato industrial de hoje, a notícia foi-se construindo como conceito e como prática. Para definir o que era noticiável há 50 anos atrás, ou o que é fato jornalístico hoje, é preciso reportar-se às maneiras de compreender o significado dos acontecimentos como regras para o comportamento humano e para o comportamento institucional. Isto porque os fatos divulgados jornalisticamente correspondem a uma certa expectativa do que é importante dentro de uma sociedade e por sua vez contribuem para reforçar essa importância, gerando uma espécie de “regras” de conduta aprovadas ou desaprovadas. Assim, nos anos 20, esperava-se determinadas atitudes do Estado, no Brasil; hoje os anseios são outros. O fazer jornalístico tem uma atuação de modo “conjuntural”; não é simples reflexo nem explicação de estruturas sociais; ele interfere em ações e na produção de significados. A resposta do jornalismo é conjuntural.

Uma conversa de comadres pode conter o mesmo esquema básico de uma notícia. Para Nilson Lage⁽³⁾, a notícia “é o relato de uma transformação ou transporte ou mudança”. A idéia de ação no tempo, de alteração, é essencial. Um comentário em tom de foca geralmente envolve uma ação que indica transporte ou mudança; porém, pelo seu contexto pessoal quase sempre se limita a um pequeno número de pessoas. A mesma foca, inserida num caderno de variedades de um grande jornal diário, ou na seção “Gente” de uma revista semanal de informação, transforma-se numa notícia jornalística. Onde a diferença? A narrativa é semelhante – mas foi difundida em veículo de grande circulação. Para alguns eventos, basta a simples publicação ou a divulgação por rádio e TV para se tornarem jornalísticos, embora certos autores entendam como fato jornalístico a informação pertinente obtida por métodos profissionalmente válidos que especificam a relação entre o que é conhecido e como é conhecido.

Não estou querendo confundir jornalismo e notícia, ainda que notícia seja considerada por muitos como o elemento básico do fazer jornalístico. Na acepção corrente do termo, notícia é sinônimo de informação ou mensagem – um determinado conteúdo comunicado a um receptor. Aliás, informação tornou-se abrangente demais, das cotações da Bolsa aos sinais de trânsito, dos bancos de dados aos sistemas de informática: qualquer processo que envolva coleta de dados ou sua transmissão envolve o conceito de informação. Num âmbito mais restrito fala-se de indústria da informação para designar



3 Ideologia e técnica da notícia, Nilson Lage. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 39.

R E V I S T A



Junho
Julho
Agosto
1990



imprensa, rádio e TV enquanto lidando com produções jornalísticas; indústria cultural para as produções não-jornalísticas como livros, novelas, filmes. No jargão político, comunidade de informação tem ligação com serviços de controle e investigação da informação patrocinados pelo Estado. Além do mais, informação está permeada de elementos matemáticos e quantitativos, ponto de vista que não interessa em relação ao desenvolvimento deste trabalho. Com efeito, a amplitude, de um lado, e a especificidade de uso em certos campos fazem com que eu me afaste do termo informação. Ao invés de enveredar pelas inúmeras teorias sobre informação – há autores que defendem até a informação estética – prefiro utilizar apenas o conceito de notícia. Quando muito, mencionarei o jornalismo informativo, que não envolve os meandros do conceito de informação.

A notícia implica um relato de acontecimento verídico e referido à atualidade. Eis dois componentes vitais: fato realmente acontecido, acontecendo ou por acontecer e ligação direta com a atualidade. Embora haja notícias inventadas, a notícia não pode ser ficção. Sua vocação dirige-se para um referente real. Alguns autores falam que o jornalismo é demonstrável, é verificável, é evidenciável: o público pode conferir o narrado. Todavia, essa verificabilidade é mais potência que ato, pois dificilmente o receptor tem meios de chegar à notícia. Existe uma certa possibilidade de se conferir se o fato foi assim mesmo (também porque trata de algo recente, atual); porém, apesar da realidade manifesta, o relato sempre tem contornos ficcionais. O jornalismo, como produto industrial sujeito às leis da velocidade competitiva de produção, precisa de um esquema – ou vários – que lhe facilitem a captação mais rápida da notícia. Daí, o aparato institucional das diferentes agências de notícias, daí a criação de uma figura imprescindível: a fonte. Fonte autorizada, fonte sigilosa, fonte segura, fonte acessível: a tipologia é imensa. Ao invés de dados conseguidos com reportagem, declarações de fontes: muito mais rápido. Ao invés do fato, falas e mais falas. Ora, o uso de fontes economiza tempo, mas institui todo um teatro com papéis delimitados. Tal fonte só pode dizer isso, outra deixou de ser confiável e assim por diante. Monta-se o jogo das fontes em função do valor e das respectivas jogadas das peças no tabuleiro do xadrez social. Um jogo onde o repórter normalmente já sabe tudo o que a fonte vai dizer, que movimentos vai fazer. O processo judicial também tem fontes – as testemunhas, os peritos, documentos – instituindo toda uma ficção estereotipada em torno dos papéis principais: culpado/inocente.

Será que o jornalismo também não busca culpados? As fontes não são posições estereotipadas? Aliás, quando se fala em verificação dos fatos, há muita semelhança com o processo judicial: volta-se às mesmas fontes que, geralmente convictas de seu papel, só confirmam a primeira versão; consultam-se especialistas que dão sua opinião, e ação quase não aparece. Fica o reforço, fica a redundância.

Atualidade é uma característica sempre aliada à idéia de jornalismo. Otto Groth, Dovifat, Vivaldi, Martinez Albertos, Violette Morin, Gaye Tuchman apontaram-na como parte integrante e definidora do processo jornalístico. Otto Groth, que tentava fazer uma análise filosófica do fenômeno, enumerou quatro elementos que distinguem os órgãos jornalísticos: periodicidade, universalidade (o fato seria jornalístico para a maioria dos povos), difusão (em termos potenciais) e atualidade. Dovifat⁽⁴⁾ diz que a missão do jornalismo é comunicar as novidades mais recentes, o que inclui o último, o mais impressionante, o mais cheio de interesse geral. Periódico (*Zeitung*), em alemão, vem da raiz de acontecer ligado à novidade. No francês (*nouvelles*), no inglês (*news, news letters*), no italiano (*giornale*), a vinculação temporal sempre aparece de maneira marcante. Dovifat dá grande importância ao interesse geral, relacionado à preocupação de que as mensagens alcancem a máxima difusão. A difusão implica não só em atingir grande público, mas também na universalidade do conteúdo. Sob esse ponto de vista, ele não considera um boletim de associação como periódico jornalístico.

Universalidade de conteúdo significa, para Dovifat, a adaptação a interesses de pessoas muito diferentes. Portanto, incluem-se todos os aspectos da vida no jornalismo, da política internacional à receita culinária, dos problemas religiosos ao truque para tirar manchas. É engraçado como Dovifat exclui um boletim de associação em nome da difusão e do conteúdo universal e coloca receitas no mesmo nível da política internacional. José Luiz Martinez Albertos⁽⁵⁾, ao longo de sua extensa obra sobre jornalismo vai conceituando notícia como um fato verdadeiro, inédito ou atual, de interesse geral... Inédito tem a ver com novo para uma parte do público: um acontecimento antigo, mas só conhecido agora; não é atual, mas participa do caráter de novidade.

Os meios eletrônicos aceleraram a questão da atualidade, na medida em que permi-

4 *Periodismo*, Emil Dovifat. México, UTEHA, 1969.

5 *Curso general de redacción periodística*, José Luiz Martinez Albertos. Barcelona, Mitre, 1983.

tem o relato de fatos no mesmo momento em que estão acontecendo, ou pouco depois, com a possibilidade de repetir (por gravação de áudio ou de imagem e/áudio) a cena tal como se deu. Isso implica em tornar presente de novo, “numa re-atualização”.

“TESTEMUNHA DA HISTÓRIA”

Atualização foi o termo preferido por Violette Morin⁽⁶⁾, que dá ainda como características da escritura de imprensa a exaustividade (tendência a dizer tudo), a variedade (tendência a falar de tudo). Para ela, a atualização consiste em relatar o acontecimento como se estivesse se produzindo naquele instante e diante dos olhos do leitor. Enfim, como se o leitor, “testemunha da História”, lá estivesse. Ora, esse processo de atualização é um fator central para ser considerado em análises ideológicas. O periódico, além de dizer tudo e falar de tudo, apresenta-se como se fosse a verdade, como se ninguém a tivesse manipulado, como se ninguém a tivesse escrito, como se não existisse intermediário entre acontecimento e leitor. Os fatos apenas desfilam diante do leitor. A atualização, que parece um simples recurso estilístico, realmente encobre uma série de aspectos não-manifestos.

O atual pressupõe uma relação de presença efetiva no mundo histórico. O atual precisa ter uma relação concreta com os acontecimentos, mesmo que seja apenas latente. O atual pode ser descoberto ou estimulado, mas não pode ser criado. Talvez o termo que se aplique melhor ao fazer jornalístico, nos dias de hoje, seja “contemporaneidade”. Porém, antes de chegar à contemporaneidade, vou repassar a classificação de notícia apresentada pela norte-americana Gaye Tuchman. Logicamente não é uma tipologia nova, ela apenas traduz um consenso profissional. Gaye divide as notícias em três faixas: a) notícias duras x notícias brandas: as duras referem-se mais à atualidade e ao ser “bem informado” (ex.: medidas econômicas, atos do governo, tragédias, etc.); as brandas enfocam a textura da vida humana (ex.: um motorista pitoresco, uma cozinheira de 80 anos, etc.); b) notícias súbitas x notícias em desenvolvimento: relacionadas à previsibilidade ou não do evento. As súbitas – uma subclassificação das duras – são acontecimentos inesperados e trazem conflitos com a natureza, façanhas tecnológicas, etc.; as notícias em desenvolvimento envolvem fatos que seguem emergindo, podendo às vezes ser planejadas de antemão; e c) notícias em seqüência, série de relatos sobre o mesmo tema baseados em acontecimentos que estão ocorrendo durante um período (campanha das diretas, campeonato mundial de futebol, campanhas eleitorais, guerras, etc.).

Todos esses tipos de notícia estão sendo definidos por sua relação temporal, a sua distância ou o seu processo de surgimento em função de certos marcos. É o peso do fator tempo na definição e na feitura do produto jornalístico. Um acontecimento – mudança temporal – pode, pela ação ocorrida, pelos seus agentes, isto é, por si só, ser uma notícia. Outro acontecimento, não tão relevante por seu conteúdo, acaba sendo notícia pelo tratamento que recebe. Tratamento implica em padrão e em veiculação jornalística. Implica em meios mecânicos ou eletrônicos de reprodução, produção em escala industrial, subordinação às exigências do mercado.

De qualquer modo, a notícia está no cerne do fenômeno jornalístico. Ela está no acontecido recente, no acontecendo, no acontecer. Quando se fala em acontecimento com repercussões sociais, tem-se o fato – o que envolve um pressuposto de contextualização histórica. Outros tipos de avaliação contribuem para a definição e também para a construção do produto notícia: identificação, proximidade (geográfica, psicológica, etc.), intensidade, oportunidade, raridade, conflito, exclusividade. A caracterização desses elementos funciona muitas vezes na base da intuição. Os manuais de jornalismo costumam fornecer listas e listas de elementos distintivos da notícia que se interpenetram, se superpõem e se misturam. No fundo, notícia é um relato que envolve dinamismo (mudança no tempo), ancoragem temporal com a atualidade e, principalmente, uma veiculação por meios impressos ou audiovisuais de grande penetração. A própria atualidade está em relação direta com a periodicidade do veículo, sendo diferente, por exemplo, num jornal diário e numa revista semanal.

Estruturalmente, a notícia resume o fato. Ela pode ser ampliada ou não. Já a reportagem trata de assuntos não necessariamente ligados a fatos novos. Busca-se antes um certo conhecimento do mundo, o que inclui investigação e interpretação. No entanto, sua dimensão temporal costuma ser bem demarcada, e a subordinação aos padrões da rotina do veículo aonde for divulgada também impede esse “certo conhecimento do mundo”.



6 El tratamiento periodístico de la información, Violette Morin, Barcelona, ATE, 1974.

7 Gaye Tuchman analisa a questão da legitimação em La producción de la noticia. México, G. Gili, 1983, p. 198.



O tempo do trabalho informativo, de produzir notícias curtas, ampliadas e reportagem, incluindo a cobertura de um relato diferente a cada dia, impõe uma ênfase sobre os “acontecimentos”, não sobre as “questões”. A trama da factualidade (*facticidad*, do espanhol), as respostas aos que, quando, onde, a rapidez, implicam na primazia do indivíduo como fonte: é mais fácil localizar e falar com o representante legitimado do que procurar por várias pessoas não-legitimadas ou um pouco distantes do assunto. Supõe-se que os acontecimentos devam ter começo, meio e fim; se não, dá-se um jeito de colocá-los na forma. Por isso, as questões, que se baseiam em explicações analíticas do mundo cotidiano enquanto estrutura socialmente experimentada, não têm muito espaço no jornalismo.

Filosofia e ciência também se preocupam com a relação existente entre os fenômenos e o conhecer. Mas os procedimentos jornalísticos não são contemplativos, nem estão engendrados em função de determinar e construir um saber; muito menos podem prever ou confirmar hipóteses de pesquisa. Diversamente de aproximações factuais mais rigorosas e reflexivas, o trabalho informativo é uma prática engendrada em função dos limites finais de produção da notícia. Ser testemunha de um fato não serve de aferição de sua realidade, tanto para o jornalista, como para o cientista. Na ciência, a questão da factualidade está ligada a processos de verificação e repetição. Segundo Gaye Tuchman, na notícia a verificação dos fatos é de ordem política e profissional.

Apesar da perspectiva política e profissional que marca a notícia, é possível vê-la também como um procedimento “teórico”. As organizações jornalísticas se esforçam para impor um ritmo uniforme ao processamento das matérias, colocando limites finais para cada etapa. Muitas vezes se coordenam em função de como se imagina que vão ocorrer os fatos, com a finalidade de facilitar a chegada do fluxo de informações e sua posterior edição. A repartição em editorias, que parece simples e natural, envolve tipificações advindas de esquemas teóricos. As editorias e/ou seções comportam revisões, redefinições e reformulações que tentam acompanhar as maneiras como as pessoas experimentam o mundo cotidiano; mas na verdade direcionam o público ao colocar um fato neste ou naquele rótulo.

Existem várias formas de categorizar, dentro do jornalismo, seja pelo tom escolhido (informativo, opinativo, interpretativo), pela divisão em editorias, pela página e a situação na página – na imprensa –; pelo tempo destinado à matéria no rádio ou na TV, etc. A justaposição de textos e/ou blocos também é uma forma de categorizar, pois estimula a compreensão de que os fatos têm algo entre si. A televisão utiliza muito a justaposição, trazendo, por exemplo, problemas políticos de outros países ao lado de um pequeno problema político no Brasil, ou de uma situação melhor resolvida aqui: por comparação, tem-se a impressão de que os outros países estão piores que nós. Isso tranqüiliza e dá um certo ufanismo. Aliás, geralmente a função dos telejornais consiste em apaziguar e não em problematizar. O ato de categorizar é um ato de teorizar. A notícia categoriza; portanto ela é uma atividade teórica.

INSTITUIÇÕES LEGÍTIMADAS

A tipificação dos acontecimentos vem antes mesmo que eles surjam; os editores costumam prever o curso de um evento dentro das instituições legitimadas. Fecha-se o círculo: só determinadas instituições são consideradas geradoras de notícias e, portanto, só se buscam notícias nessas instituições. A rede informativa baseia-se em instituições legitimadas. Políticos e burocratas são tomados como “a cidade”, “o estado”, “o país”. Povo, público, população: seus limites não aparecem, um serve de sinônimo do outro. Deixa-se a cargo dos informadores e da própria notícia determinar o que é “público”, o que é “privado”, o que é “a cidade”, “o país”. Há uma dupla legitimação: jornalistas se legitimam enquanto buscadores de notícias e ao mesmo tempo legitimam certas pessoas como encarnações de unidades políticas.

O simbólico “homem da rua”, contribui, em sua fala, como uma “representação” de outros, não como “representante” de outros. Pensa-se que a representatividade só se encontra em instituições legitimadas ou em pessoas que as simbolizam. A notícia apóia-se nas estruturas institucionais e, conseqüentemente, ajuda a reproduzi-las. Ao usar símbolos como representação da realidade, muitas vezes a notícia apresenta os fatos como o produto de forças que estão fora do controle humano. A reificação dos fenômenos sociais contribui para essa impressão. Assim, a atividade econômica, por exemplo, fica equiparada às forças da natureza: o indivíduo é impotente para lutar contra os me-

canismos do mercado.

As definições de realidade não são negociadas mutuamente. Só um lado, o dos produtores de notícias, é que diz o que é realidade e como ela deve ser tratada. A tipificação prejudica o afloramento, nos veículos jornalísticos, de muitos fatos que apresentam relevância social. Porém, como eles não se encaixam às definições prévias, ou não se aproximam de uma forma narrativa conhecida, ou não se ajustam aos prazos de fechamento da edição, ficam perdidos. Questões sociais emergentes, que poderiam representar inovações, são enquadradas pela experiência do passado, e quando muito, são matérias “frias”, sem muita vinculação com o presente. Ainda que as tipificações limitem a escolha e a apresentação dos acontecimentos considerados como matéria-prima da notícia, há uma certa margem de flexibilidade. A notícia, como produto cultural, é construída por várias cabeças e não existe supervisão e controle em todas as fases. Todavia, dificilmente se escapa da pressão padronizadora e legitimadora. Os fatos e a necessidade de que “aconteçam” fatos, as fontes e os métodos de informar são fenômenos que se constituem a si mesmos mutuamente.

Produzindo e limitando significados, a notícia limita uma compreensão analítica da vida contemporânea. As tipificações, a rotina industrial, o profissionalismo exigido aos produtores de material jornalístico, a constituição recíproca de fato e fonte, as formas características da narrativa noticiosa redundam em legitimação e reforço do já estabelecido. E os leitores, os ouvintes e os espectadores chegam a confundir o “conhecer” os problemas do dia com o “fazer” algo a respeito deles.

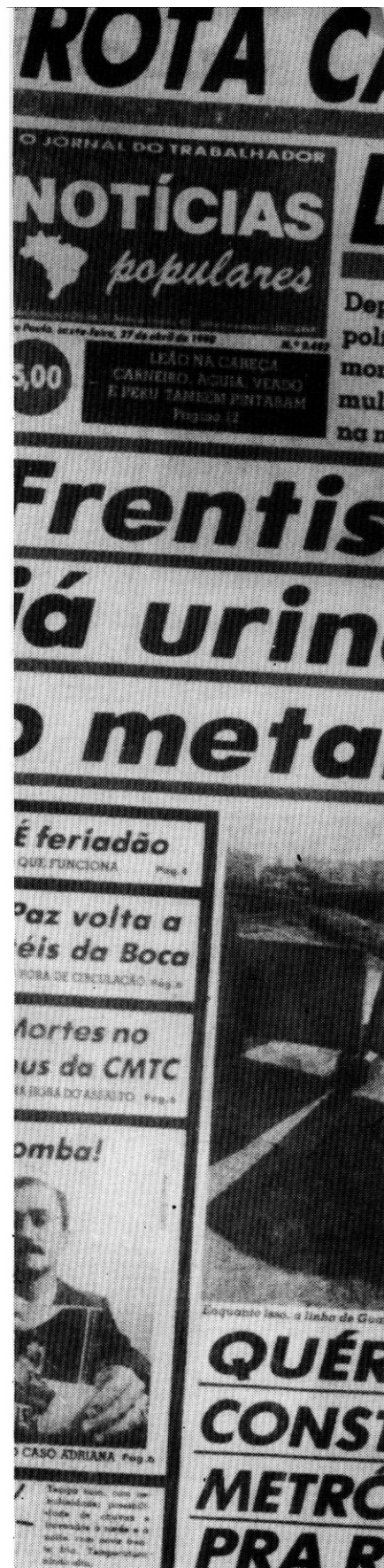
Estou com Ecléa Bosi: “A narração exemplar foi substituída pela informação de imprensa, que não é pesada e medida pelo bom senso do leitor. Assim, a união de uma cantora com um esportista ocupa mais espaço que uma revolução. A informação pretende ser diferente das narrações dos antigos: atribui-se foros de verdade quando é tão inverificável quanto a lenda. Ela não toca no maravilhoso, sequer plausível. A arte de narrar vai decaindo com o triunfo da informação. Ingurgitada de explicações, não permite que o receptor tire dela alguma lição”⁽⁸⁾. E mais: “A informação só nos interessa enquanto novidade e só tem valor no instante que surge. Ela se esgota no instante em que se dá e se deteriora. Que diferente a narração! Não se consuma, pois sua força está concentrada em limites como a da semente e se expandirá por tempo indefinido. (...) O receptor da comunicação de massa é um ser desmemoriado. Recebe um excesso de informações que saturam sua fome de conhecer, incham sem nutrir, pois não há lenta mastigação e assimilação. A comunicação em mosaico reúne contrastes, episódios díspares sem síntese, é a-histórica, por isso é que seu espectador perde o sentido da História”.

As falas das pessoas não podem ficar subordinadas somente ao ritmo do tempo industrial. A indústria do tempo, o tempo da indústria: onde a narração que significa, onde a narração que fica? As histórias e as vidas de homens, mulheres e crianças precisam de narrações não tão determinadas pelo tempo. No jornalismo, o tempo determina a narração. Já as ficções jogam com o tempo, mas as histórias e as vidas não precisam apenas de ficção. Precisam também de relatos verídicos que tenham a marca do tempo, embora não sejam por ele estritamente determinados.

Poucas atualidades de outrora resistem na memória das pessoas. Fica mais a sensação de repetição dos mesmos fatos, uma rebelião aqui, um casamento real ali, incêndios, desastres, secas, enchentes, inflação, roubos, assassinatos, vitórias e fracassos esportivos, peças, filmes, exposições, livros, horóscopos, quadrinhos, anúncios, muitos anúncios... Onde, a narração marcante?

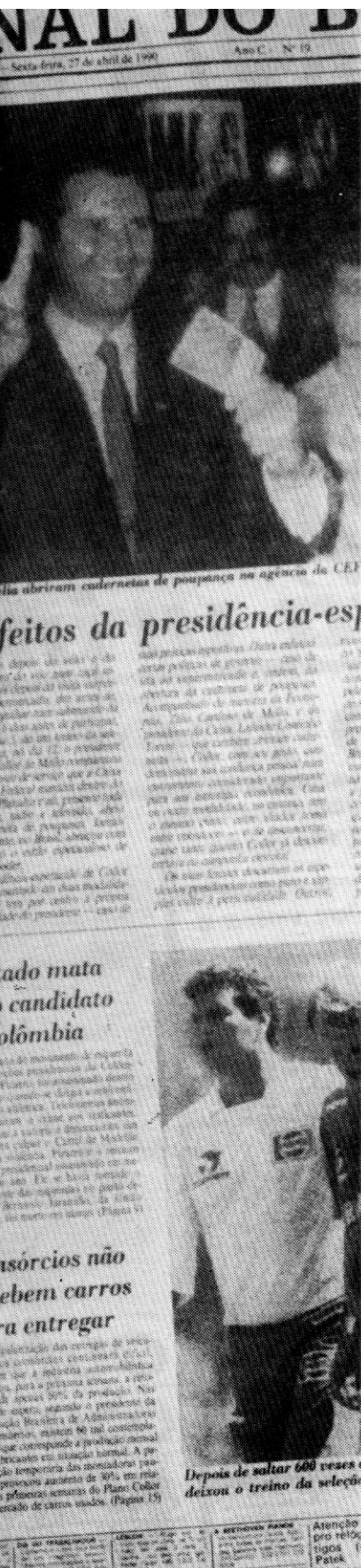
Há uma incapacidade para encontrar notícias “realmente novas”. Gaye Tuchman fala em “incapacidade adestrada para captar o significado das idéias novas”. Se não aplicável o esquema de perguntas e respostas programadas, o repórter acha que não está diante de um fato jornalístico, pois não acredita que haja perguntas e respostas que ele não conheça. Só trabalha com narrativas fechadas e com probabilidades previamente conhecidas. Ora, essa impossibilidade de enxergar além do padrão aumenta muito a pobreza de conhecimento pertencente à notícia.

É preciso reconhecer as limitações inerentes às formas narrativas que estão associadas com a trama da factualidade. Por que a atualidade tem que ser usada como critério distintivo? Antes, quando não existia a figura do repórter, a atualidade era mais diluída: o jornalista não procurava a notícia; esta é que procurava a redação. Depois, foi-se instalando o caráter processual do fazer jornalístico, um incessante colher depoimentos e juntar informações, tentando recuperar e analisar fatos, e no entanto perdendo-se em



8 *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. S. Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

9 *Op. cit.*, Gaye Tuchman, p. 224.



relatos extensos, redundantes e no fundo, a-temporais. Hoje, fala-se muito em jornalismo investigativo; os norte-americanos formularam o novo jornalismo, mas os princípios continuam os mesmos. “Ao invocar conceitos do século XVIII (como seu modelo de livre expressão) e ao aplicar distinções do século XIX (como a distinção entre direitos públicos e privados) a fenômenos do século XX, a notícia limita o conhecimento. A notícia encobre a realidade social, em lugar de revelá-la.”⁽⁹⁾

Romper com a obsessão de atualidade pode ser um caminho para o modo de conhecimento jornalístico da realidade. O conhecimento é sempre organizado socialmente; disso não podemos escapar. Porém, a não-subordinação aos ditames do atual propicia novas escritas e também uma outra reflexão sobre o jornalismo.

É preciso procurar em outros domínios, como a história, a sociologia, a antropologia, a memória, fundamentos para uma teoria documentária do jornalismo. As intersecções com o social e o pessoal, o modo de escutar as falas de quem pode dizer, e de ler nas coisas que não podem contar: são muitas as maneiras de perceber a realidade. São muitos os jeitos de rastrear as partículas de humanidade presentes no olhar, na fala, no gesto, no ambiente. São muitos mais do que a gente imagina, os sentidos do homem e da mulher.

Modernamente, não se cultiva o que pode ser simplificado e abreviado: economia da informação, dirão alguns. Hoje, a função da memória limita-se a organizar o passado às vezes apenas cronologicamente. As riquezas pessoais e sociais da memória estão sendo substituídas pela informação mecânica. “Sempre houve dois tipos de narrador: o que vem de fora e narra suas viagens; e o que ficou e conhece sua terra, seus contêrreos, cujo passado o habita.” Se transportarmos essa diferença para o fazer jornalístico, o jornalista seria aquele que vem de fora e conta o que viu em suas andanças. Raramente ele reviveria fatos de sua experiência pessoal. Sua posição é a de um espectador privilegiado: seu trabalho é ver, ouvir, relatar fatos de que geralmente não participou.

O jornalista poderia assumir essa presença de narrador? Não é uma simples questão de narrar em primeira pessoa, ou acrescentar toques literários. A diferença vai mais fundo. Não é também o resultado de uma “pesquisa participante”, embora até possa acontecer. Pergunta Ecléa: “Por que decaiu a arte de contar histórias? Talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências”. Ela nota que entre o ouvinte e o narrador há uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve ser reproduzido. Jornalista e entrevistado freqüentemente têm um interesse comum em conservar e reproduzir o narrado. Conservar nem tanto: a imprensa tende a ser efêmera e descartável. Mas o reproduzir adquire mais valor na medida em que pode representar uma vantagem financeira. Na imprensa capitalista e nas não-capitalistas também, ser citado num jornal pode trazer prestígio e até dinheiro. Então, o interesse de reproduzir não está na narração, mas na notícia, que se tornou uma mercadoria concreta, individualizada, para as duas partes: repórter e personagem do fato divulgado. Deixou de ser narração, virou mera divulgação comercial.

Mercadoria, o acontecido se transforma em bem catalogável e acumulável. O jornalismo, ajudado e contaminado pelos recursos computacionais, apressa-se em classificar todos os acontecidos, reduzindo-os às formas conhecidas e reconhecíveis. Editorias, seções, colunas, fórmulas de diagramação, tudo a serviço da classificação do mundo vivido. A incessante compulsão de classificar gera segmentações de mercado, de veículo, de públicos – sempre com o objetivo de tornar o acontecido mercadoria – seja no seu modo de produção, ou, melhor ainda, no seu consumo. Apesar de tanta classificação, é justamente o inclassificável (lembremos de Barthes e seu trabalho sobre *fait divers*) que chama a atenção da consciência narrativa do homem.

Chegamos assim ao esfacelamento da narrativa e da memória. Em lugar da trama tecida no tempo e no espaço, o acontecido armazenado e plastificado apresenta-se como sucessão incontrolável de fatos que não precisam nem merecem ser memorizados. O jornalismo atingiu o estágio de memória quantitativa dos atos humanos, assumindo completamente seus aspectos cumulativos. E, apesar de seu papel conjuntural e sua abrangência, acaba sendo uma memória curta. A acumulação e a reprodução mecânica (ou eletrônica?) das notícias dos acontecidos não permitem a memória qualitativa. Descartável ao extremo, a notícia é de pequena memória. Para a saúde da consciência humana, o tecido social e afetivo das narrativas jornalísticas precisa ser retomado.